



PODER JUDICIÁRIO  
DE PERNAMBUCO

# PLANO ESTRATÉGICO

TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DE  
PERNAMBUCO

2021  

---

2026

- versão revisada, atualizada e consolidada em 2025 -



# PLANO ESTRATÉGICO

Tribunal de Justiça de Pernambuco  
2021 - 2026

## MESA DIRETORA

PRESIDENTE

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

1º VICE PRESIDENTE

Des. Eurico de Barros Correia Filho

2º VICE PRESIDENTE

Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes

CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo



PODER JUDICIÁRIO  
DE PERNAMBUCO

# TRIBUNAL PLENO

Jones Figueirêdo Alves  
José Fernandes de Lemos  
Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes  
Jovaldo Nunes Gomes  
Fernando Eduardo de Miranda Ferreira  
Frederico Ricardo de Almeida Neves  
Leopoldo de Arruda Raposo  
Marco Antônio Cabral Maggi  
Adalberto de Oliveira Melo  
Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Luiz Carlos de Barros Figueiredo  
Alberto Nogueira Virgínio  
Antônio Fernando Araújo Martins  
Ricardo de Oliveira Paes Barreto  
Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes  
Antônio de Melo e Lima  
Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello  
Antenor Cardoso Soares Júnior  
José Carlos Patriota Malta  
Alexandre Guedes Alcoforado Assunção  
Eurico de Barros Correia Filho  
Mauro Alencar de Barros  
Fausto de Castro Campos  
Francisco Manoel Tenório dos Santos  
Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Antônio Carlos Alves da Silva

Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto  
José Ivo de Paula Guimarães  
Josué Antônio Fonseca de Sena  
Agenor Ferreira de Lima Filho  
Itabira de Brito Filho  
Alfredo Sérgio Magalhães Jambo  
Roberto da Silva Maia  
Jorge Américo Pereira de Lira  
Erik de Sousa Dantas Simões  
Stênio José de Sousa Neiva Coêlho  
André Oliveira da Silva Guimarães  
Itamar Pereira da Silva Júnior  
Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo  
Daisy Maria de Andrade Costa Pereira  
Eudes dos Prazeres França  
Carlos Frederico Gonçalves de Moraes  
Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima  
Márcio Fernando de Aguiar Silva  
Humberto Costa Vasconcelos Júnior  
Waldemir Tavares de Albuquerque Filho  
José Viana Ulisses Filho  
Sílvio Neves Baptista Filho  
Demócrito Ramos Reinaldo Filho  
Évio Marques da Silva  
Honório Gomes do Rego Filho  
Ruy Trezena Patu Junior



PODER JUDICIÁRIO  
DE PERNAMBUCO

JOSÉ FAUSTINO MACEDO DE SOUZA FERREIRA  
Juiz - IDEIAS;

MAURÍCIO BRAINER JÚNIOR  
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica;

MARIA IZABELE NORONHA CABRAL  
Escritório de Projetos;

RODOLFO HONORATO KLOSTERMANN ANTUNES  
Auditoria de Inspeção;

ANGELA ALVES DE ARAÚJO BARROS  
Núcleo de Estatística;

KLEBER PINTO BIONDI VIEIRA  
Escritório de Projetos;

SIDARTA MANOEL FERNANDES FERREIRA  
Comitê Gestor de Metas;

VIVIANE FREIRE FLORENTINO  
Escritório de Projetos.

# COMISSÃO GESTORA DO PLANEJAMENTO

GESTOR DAS METAS NACIONAIS  
Des. Mauro Alencar De Barros;

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA  
Juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula;

ASSESSOR ESPECIAL DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA  
Juiz Gleydson Gleber Bento A De Lima Pinheiro;

COORDENAÇÃO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL E DE DADOS  
Juíza Catarina Vila-Nova Alves De Lima;

COORDENADORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA  
Lívia Leite Mota;

CHEFE DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO  
Alessandra Barbara Santos De Almeida;

ASSESSOR DE GOVERNANÇA DE TI  
Justiniano Frederico Saraiva Vasconcelos;

ASSESSORA ADJUNTA DE COMUNICAÇÃO  
Rebeka De Queiroga Maciel;

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE INOVAÇÕES APLICADAS  
João Guilherme De Melo Peixoto.

## COLABORADORES

## Sociedade

Garantir os Direitos Fundamentais

Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade

## Processos Internos

Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais

Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos

Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios

Promover a Sustentabilidade

Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária

## Aprendizado e Crescimento

Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Fortalecer a estratégia nacional de TIC e e proteção de dados

Missão  
Realizar Justiça

Visão  
Em 2026, ser reconhecido pela sociedade como uma justiça célere e efetiva.

Valores:  
Acessibilidade  
Inovação  
Ética  
Transparência  
Responsabilidade (Social, Econômica e Ambiental)  
Probidade Administrativa  
Celeridade  
Eficiência  
Integridade  
Credibilidade  
Imparcialidade



## APRESENTAÇÃO



**B**uscando definir diretrizes nacionais para os órgãos do Poder Judiciário durante o próximo sexênio, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu, por meio da Resolução 325, a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, contemplando a Missão, Visão, Atributos de Valor, Macrodesafios e respectivos indicadores de desempenho, assim como também foram especificadas as diretrizes para todos os tribunais do Poder Judiciário realizarem seus próprios planos estratégicos

O Judiciário nacional vem atravessando uma enorme transformação estrutural devido à rápida disseminação das plataformas digitais, algo que se tornou ainda mais evidente com a Pandemia da Covid-19. Todas essas mudanças de perspectivas vêm provocando inúmeros desafios e exigindo um comportamento disruptivo nas rotinas de trabalho, o que nos força a buscar uma reestruturação organizacional.

Um exemplo dessa reestruturação é a Criação de Núcleos de Justiça 4.0, a centralização das secretarias das varas que utilizam o PJe, o uso da Inteligência artificial como auxiliar dos trâmites processuais. Outro ponto fundamental é a priorização da Gestão de riscos de segurança da informação, que demanda maiores investimentos. Pois, ao não existir mais redundância em papel, tal medida é necessária para garantir a integridade da informação no meio digital.

Com esse enfoque, o Planejamento do Judiciário Pernambucano - PJPE para o período de 2021 a 2026, apresentado por este documento, contempla um conjunto de Objetivos estratégicos, Indicadores e Iniciativas em alinhamento às diretrizes estratégicas e Macrodesafios propostos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessidades institucionais atuais e futuras, além da constante missão de difundir e auxiliar o processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Norteador dos projetos selecionados pela instituição tem-se o entendimento de que a eficácia e a eficiência devem apoiar-se em ações e decisões agregadoras. Elas devem guiar uma organização na sua missão sempre associando a elementos que visam o futuro, a relação entre atividades fim e meio e a conexão com os objetivos e metas a atingir, para que a sociedade possa perceber os resultados alcançados.

A construção do Plano Estratégico do Poder Judiciário Estadual de Pernambuco para o período de 2021 a 2026, foi realizada em fases, envolvendo magistrados e servidores da área fim e área meio, além de membros da sociedade civil, que este ano contribuiu com iniciativas para ajudar a superar os principais desafios do judiciário estadual.

Foram critérios para construção do plano: o alinhamento à estratégia nacional do poder judiciário, num horizonte de seis anos, 2021 A 2026; O conteúdo temático dos Macrodesafios, indicadores de desempenho e das diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 325, de 29 de junho de 2020 do CNJ; As Metas Nacionais e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

#### ETAPAS DE CRIAÇÃO:

**Março 2020** - Encontros regionais: A iniciativa, que teve início em março de forma presencial e terminou em outubro de forma virtual, reuniu magistrados e servidores para discutir e aperfeiçoar a prestação jurisdicional e a comunicação interna do judiciário pernambucano. Os participantes foram divididos em grupos de trabalho, sob a coordenação de juízes assessores da presidência e da corregedoria geral do TJPE, para debaterem sobre as principais dificuldades encontradas nas unidades judiciárias, além de apresentarem sugestões para solucionar os problemas levantados.

**Dezembro 2020** - CRIEJAM: Foi um evento voltado ao desenvolvimento de soluções inovadoras, criativas e focadas nos desafios do século xxi. Tomando como base o improviso, a criatividade e a co-criação, a CRIEJAM buscou estabelecer um diálogo com o ecossistema da inovação a partir de desafios concretos e de forte impacto tecnológico e social. As soluções desenvolvidas pelos participantes foram focadas em quatro macro temáticas, a saber: a) justiça digital; b) justiça especializada; c) comunicação; d) gestão inovadora. Foram aproximadamente 60 (sessenta) participantes, incluindo membros da sociedade civil.

**Maio 2021** - Consulta Pública: Foi disponibilizado para o público interno e externo do TJPE com o objetivo de levantar iniciativas para o planejamento estratégico que estivessem alinhadas aos Macrodesafios do judiciário nacional. Foram mais de 100 (cem) contribuições.

## ELABORAÇÃO

Advogados, membros do ministério público, procuradores foram alguns dos participantes externos.

**Maio 2021** - Oficinas setoriais: Foram 6 encontros virtuais promovidos pela coordenação de planejamento estratégico (Coplan) de aproximadamente 4 horas de duração. Cada oficina teve como tema um Macrodesafio elencado pela Resolução nº 325 do CNJ. Participaram gestores e servidores de unidades estratégicas do TJPE que puderam contribuir com propostas de iniciativas para melhoria dos indicadores relacionados a cada objetivo estratégico. A metodologia utilizada foi de problematização e construção coletiva de soluções.

**Junho 2021** - Oficinas temáticas: Durante os dias 08 e 09 de junho, a partir de uma parceria realizada entre a coordenação de planejamento (Coplan) e o instituto de desenvolvimento de inovações aplicadas ao tribunal de justiça de Pernambuco (IDEIAS TJPE), foi realizada, em formato remoto, a oficina “planejamento estratégico 2021-2026”. Com o objetivo de desenvolver soluções voltadas aos Macrodesafios agilidade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal, utilizou-se, entre as abordagens teórico-metodológicas selecionadas, o pensamento de design (*design thinking*), métodos ágeis de gestão de processos e projetos, como também prototipação.

Para cada iniciativa formulada nas oficinas foi escolhido um gestor, que deverá acompanhar e fomentar o desenvolvimento dos projetos que dela se originarão.

Após essas etapas, as iniciativas mais relevantes foram consolidadas pelo Comitê gestor e apresentadas a alta gestão do TJPE, ficando definidas 36 (Trinta e Seis) iniciativas alinhadas aos indicadores e objetivos estratégicos, consolidando o planejamento.

**Julho 2025** – 1ª Revisão: Diante da necessidade de adequar as iniciativas, indicadores e metas do Plano Estratégico às necessidades atuais da sociedade, foi promovida uma revisão do Plano Estratégico, sobretudo nos itens ligados à área administrativa, com o fito de incluir a temática da participação feminina. Após a revisão, foram incluídos 01 novo objetivo, 01 novo indicador e 08 novas iniciativas.

**Objetivo: Garantir os Direitos Fundamentais****Descrição:**

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice do Poder Judiciário de Acesso à Justiça	53,70%	s/m <sup>1</sup>					

s/m<sup>1</sup> – sem meta pois o Indicador engloba variáveis que serão medidas pelo CNJ.

**Iniciativas:****Nome: Justiça Aqui**

**Gestor:** Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo (Corregedoria Geral de Justiça)

**Descrição:** Facilitar a prestação de serviço jurídico para a população que não tem acesso à informação de forma clara, objetiva e sintética. Instalação de *totens* de autoatendimento localizados nos fóruns, salas passivas e através de parcerias público-privadas em locais estratégicos, de grande circulação de pessoas, para atender principalmente a população menos favorecida.

**Objetivo: Fortalecer as Relações Institucionais do Judiciário com a Sociedade****Descrição:**

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário	s/m <sup>2</sup>						
Índice de Transparência	61,67%	94%	95%	96%	97%	98%	99%

s/m<sup>2</sup> – sem meta pois o CNJ elaborará projeto de aplicação da pesquisa.

**Iniciativas:****Nome: Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário**

**Gestor:** Rebeka Maciel (Assessoria de Comunicação Social)

**Descrição:** O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), elaborará projeto de aplicação da pesquisa envolvendo as fases de: a) planejamento amostral; b) instrumentos de coleta; e c) estratégias de aplicação do formulário (on-line, presencial etc.).



**Objetivo: Promover Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional**
**Descrição:**

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Meta 1</b>	<b>102,08%</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Meta 2</b>	<b>97,15%</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>TXC das Execuções Fiscais</b>	<b>50,50 %</b>	60,79%	60,29%	59,79%	59,29%	70% <sup>1</sup>	69,5% <sup>2</sup>
<b>TXL, exceto Execuções Fiscais</b>	<b>71,76%</b>	71,80%	69,8%	67,8%	65,8%	63,8%	61,8%
<b>IAD</b>	<b>200,10%</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Tempo de tramitação dos Processos Pendentes Líquidos<sup>3</sup></b>	<b>s/m</b>	s/m <sup>6</sup>	1400	1350	1300	1250	1200

s/m<sup>6</sup> – sem meta pois não há relatório para 2020 e 2021.

**Iniciativas:**
**Nome: Rede Social Corporativa**

**Gestor:** José Faustino Macedo de Souza (Coord. de Governança) <sup>4</sup>

**Descrição:** Ambiente centralizado para publicação, disseminação, discussão e colaboração para padronização fluxo de trabalho, consolidação de normativos, incubação de boas práticas.

**Nome: Gestão e Padronização de Fluxos Processuais**

**Gestor:** Tatiana Lapa Carneiro Leão (Subcomitê de automação e revisão de Fluxo)

**Descrição:** Varas especializadas com rotinas processuais e administrativas semelhantes, guiadas pela automatização do PJe e parametrizada por procedimentos previamente definidos.

**Nome: Reestruturação das Diretorias de Processamento Remoto**

**Gestor:** Fernanda Pessoa Chuahy de Paula (Assessoria Especial da Presidência)

**Descrição:** Avaliar e readequar a estrutura das atuais Diretorias de 1º Grau e realizar estudos de viabilidade da expansão das Diretorias para novos seguimentos da justiça.

**Nome: MAIA Justiça - Mecanismo Artificial Inteligente de Apoio à Justiça<sup>5</sup>**

**Gestor:** Des. Alexandre Freire Pimentel

**Descrição:** Desenvolver ferramenta que utilize técnicas avançadas de inteligência artificial para apoiar o magistrado e assessores na redação de decisões judiciais e apoio a tomada de decisão. Através da automatização de tarefas de consulta à documentos do PJe, extração das informações processuais e classificação de informações e documentos, análise do processo através da metodologia FIRAC, pesquisa e sugestão de precedentes obrigatórios, súmulas e jurisprudência por similaridade, busca de precedentes do próprio magistrado, bem como análise jurimétrica quanto ao padrão de julgamento ao longo do tempo em casos similares. Garantindo também a explicabilidade, supervisão humana com possibilidade de edição dos textos gerados pela ferramenta, bem como permitindo a auditabilidade das ações. Com isso, trazer maior produtividade e eficiência, reduzindo o tempo utilizado na análise processual e redação das decisões judiciais.



<sup>1</sup> Nova meta definida pelo gestor

<sup>2</sup> Nova meta definida pelo gestor

<sup>3</sup> Alteração do indicador, conforme Resolução CNJ n. 463/2022

<sup>4</sup> Novo gestor

<sup>5</sup> Iniciativa atualizada

**Objetivo:** Enfrentar a Corrupção, a Improbidade administrativa e os Ilícitos eleitorais

**Descrição:**

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Prescrição	s/m	s/m <sup>3</sup>	s/m <sup>3</sup>				
Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	s/m	s/m <sup>3</sup>	s/m <sup>3</sup>				
Índice dos PADs baixados <sup>6</sup>	s/m	s/m <sup>3</sup>	s/m <sup>3</sup>				

s/m<sup>3</sup> – sem meta pois o relatório ainda não foi implementado.

**Iniciativas:**

**Nome:** Linha de Montagem especializada para processos de Improbidade e Combate à Corrupção

**Gestor:** Rafael de Moraes

**Descrição:** Instituir Unidade de Inteligência com estrutura diferenciada da força de trabalho atuando em etapas específicas do processo, equipe técnica com Contadores, especialistas em Direito Financeiro, podendo ser adotada em unidade como Núcleo de Justiça 4.0.

**Nome:** Programa de Educação continuada de Servidores e Magistrados em Improbidade Administrativa

**Gestor:** Breno Duarte

**Descrição:** Desenvolver programa de vivência em Improbidade administrativa, promovendo periodicamente e de forma continuada oficinas, workshops, cursos e rodas de boas práticas voltadas à temática.

**Nome:** Automatização do Fluxo processual dos processos de Improbidade

**Gestor:** Nahiane Ramalho

**Descrição:** Definir e automatizar fluxo processual das varas, com as etapas do processo de improbidade (checklists) e trazendo jurisprudências. Vistas à maior celeridade ao fluxo, vislumbrando também, junto ao MP, maior objetividade nas petições de improbidade e combate à corrupção.

<sup>6</sup> Alteração do indicador, conforme Resolução CNJ n. 463/2022



**Objetivo: Prevenir Litígios e Adotar Soluções Consensuais para os Conflitos**

**Descrição:**

Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Conciliação	14,04%	15%	16%	17%	18%	19%	20%
Índice de Realização de Audiências nos CEJUSCs	78,01%	78%	79%	80%	81%	82%	83%

**Iniciativas:**

**Nome: Plataforma ODR - Online Dispute Resolution<sup>7</sup>**

**Gestor:** Ana Luiza Câmara (Coordenadoria dos Juizados Especiais)

**Descrição:** Implantar a Plataforma da FGV (SIREC - Sistema Informatizado para resolução de conflitos por meio da Conciliação e Mediação). Res. 335/358 CNJ

**Nome: Programa Saber Conciliar**

**Gestor:** Tarciana Maria Chalegre (Nupemec)

**Descrição:** Promover Campanha de Conscientização, sensibilização e capacitação nos temas de Conciliação.

**Objetivo: Consolidar os Sistema de Precedentes Obrigatórios**

**Descrição:**

Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	s/m	s/m <sup>4</sup>	s/m <sup>4</sup>				
TM entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos IRDR	s/m	s/m <sup>4</sup>	s/m <sup>4</sup>				
TM entre afetação/admissão e publicação do acórdão no IAC.	s/m	s/m <sup>4</sup>	s/m <sup>4</sup>				

s/m<sup>4</sup> - sem meta pois o mapeamento do fluxo está em andamento, para que seja possível a extração dos relatórios.

**Iniciativas:**

**Nome: Promover uso de IA no mapeamento do acervo classificável em IRDR e IAC**

**Gestor:** Raquel Barofaldi Bueno (CIJUSPE)

**Descrição:** Desenvolvimento de ferramenta de IA para mapeamento dos processos classificáveis nos IRDR e IAC (Julgar os que já tem acórdão e estão sobrestados com identificação; definir fluxo para a suspensão e gestão dos suspensos com IAC e IRDR; utilizar IA para encontrar e julgar os assuntos já conhecidos; utilizar IA para buscar e classificar processos com assuntos ainda não classificados).

**Nome: Redefinir Fluxo no 2º grau para julgamento dos IAC e IRDR**

**Gestor:** Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

**Descrição:** Definir e efetivar fluxo dos processos de IRDR e IAC no segundo grau, priorizando os que impactem maior número de processos.

<sup>7</sup> Iniciativa cancelada



**Objetivo: Promover a Sustentabilidade****Descrição:**

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)	56.90%	54%	56%	58%	60%	64%	66%

**Iniciativas:****Nome: Programa de Promoção da Sustentabilidade**

**Gestor:** Ayrton da Rocha Lapa Filho (Comissão de Sustentabilidade)

**Descrição:** Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social, incluindo as seguintes áreas de atuação em Projetos: Compras e Contratações Sustentáveis, Plano de Capacitação para o tema da Sustentabilidade, Plano de Comunicação, Ações de Sensibilização, Inclusão social.

**Nome: Aquisição de Energia Renovável<sup>8</sup>**

**Gestor:** Norma de Miranda Lyra (Diretoria de Engenharia e Arquitetura - SIOB)

**Descrição:** Aquisição de energia renovável a partir da locação de fonte fotovoltaica para atender as unidades consumidoras classificadas como "Grupo B", por meio de sistema de compensação.

<sup>8</sup> Nova iniciativa



**Objetivo: Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal**

**Descrição:**

Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social.

Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de Encarceramento	326,03	320	310	300	290	280	270
Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento	1668,18	1600	1550	1500	1450	1400	1350
Tempo Médio das Decisões em Execução Penal	s/m	s/m <sup>3</sup>					
Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Processos Provisórios	s/m	s/m <sup>3</sup>					

s/m<sup>3</sup> – sem meta pois o relatório ainda não foi implementado.

**Iniciativas:**

**Nome: Diretoria Estadual da Execução Penal**

**Gestor:** Roberto Costa Bivar

**Descrição:** Tem como objetivo uniformizar os procedimentos, atividade cartorárias, equilibrar a força de trabalho, recebimento e distribuição das guias de recolhimento para autuação ou juntada, contemplar grupo especialista para dar suporte ao BNMP.

**Nome: CACRI – Central de Audiências Criminais**

**Gestor:** Rafael Souza Cardozo (CIJUSPE)

**Descrição:** Audiências Criminais Remotas centralizadas, atendendo a diversas comarcas por meio de Salas passivas.



**Objetivo: Aperfeiçoar a gestão administrativa e a Governança Judiciária**
**Descrição:**

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça.

Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"	59,78%	60%	65%	70%	75%	80%	85%

**Iniciativas:**
**Nome: Programa de Governança Corporativa**

**Gestor:** José Faustino Macedo de Souza (Coord. de Governança)<sup>9</sup>

**Descrição:** Estruturar a área, os processos e as atribuições para que haja uma eficiente e continuada governança institucional, promovendo Direção e controle, Gestão de portfólio – com a priorização das iniciativas estratégicas, Indicadores - avaliação continuada, prêmio CNJ de qualidade e saneamento do DATAJUD.

**Nome: Projeto de reestruturação organizacional**

**Gestor:** Marcel Lima (Diretoria Geral)<sup>10</sup>

**Descrição:** Promover o redesenho da atual estrutura organizacional do TJPE estabelecida pela resolução nº 302 de 2010 com o objetivo de torná-la mais funcional, horizontal e eficiente.

<sup>9</sup> Novo gestor

<sup>10</sup> Novo gestor



**Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas**
**Descrição:**

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Índice de Absenteísmo-doença</b>	<b>0,91%</b>	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
<b>Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho</b>	<b>6,20%</b>	5,0%	6,0%	7,0%	8,0%	9,0%	10,0%
<b>Índice de Capacitação de Magistrados</b>	<b>23,44%</b>	65,0%	70,0%	72,0%	75,0%	78,0%	80,0%
<b>Índice de Capacitação de Servidor</b>	<b>66,04%</b>	90,0%	91,0%	92,0%	93,0%	94,0%	95,0%

**Iniciativas:**
**Nome: Programa de mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos**

**Gestor:** Suely Martins Leite (Junta Médica)<sup>11</sup>

**Descrição:** Realizar o mapeamento e acompanhamento dos adoecimentos psiquiátricos e encaminhamento à Diretoria de saúde para desenvolver ações de promoção e prevenção.

**Nome: Rede de enfrentamento ao Assédio Moral**

**Gestor:** Eliseu Magno Silva Carneiro (Diretoria de Desenvolvimento Humano)<sup>12</sup>

**Descrição:** Fortalecer a campanha de enfrentamento ao Assédio, com ampla divulgação de temas relacionados, além de formalização e divulgação

de canal seguro e oficial para denúncia de Assédio moral, perseguição, ingerência. Promover o fortalecimento/empoderamento do servidor para combate ao assédio moral através de Cartilhas, Interação com gestores.

**Nome: Gestão por Competência**

**Gestor:** Valéria Temporal (Diretoria Desenvolvimento Humano)<sup>13</sup>

**Descrição:** Priorizar a implantação do projeto de Gestão de Competências.

**Nome: Desenvolvimento Digital dos Servidores**

**Gestor:** Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

**Descrição:** Promover a oferta de cursos e capacitar servidores específicos, além de criar Rede de disseminação de conhecimentos, atuando como multiplicadores, auxiliando os colegas na introdução às plataformas digitais.

**Nome: Programa de Capacitação em Gestão para Magistrados**

**Gestor:** Silvio Romero Beltrão (Escola Judicial)

**Descrição:** Criação de uma Trilha de capacitação com cursos voltados à formação dos magistrados como gestores de suas unidades, preparando-os para atuarem, de fato, como gestores, em todos os aspectos.

**Nome: Fortalecimento do Instituto Plenitude**

**Gestor:** Luís Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas).

**Descrição:** Redefinir e reestruturar o Instituto Plenitude (PORTARIA 05 / 2019 - Cria o Instituto Plenitude) como um propulsor da qualidade de vida dentro do Tribunal de Justiça do TJPE, atuando de forma integrada entre a SGP (Diretoria de Saúde, Junta Médica, Gerencia de bem estar) e a ESMAPE.

**Nome: Regulamentação nas Modalidades do Trabalho no TJPE**

**Gestor:** Luis Eduardo Saraiva Câmara (Secretaria de Gestão de Pessoas)

**Descrição:** Readequar as métricas de produtividade para os trabalhos desenvolvidos de forma presencial e na modalidade de teletrabalho com critérios objetivos, bem com revisar a regulamentação do teletrabalho na instituição e ampliar para as atividades das áreas fim e meio do Tribunal.

<sup>11</sup> Novo gestor

<sup>12</sup> Novo gestor

<sup>13</sup> Novo gestor



**Nome: Integra SGP<sup>14</sup>**

**Gestor:** Patrícia Mesquita (Gerência de Promoção do Bem Estar – DDH/SGP).

**Descrição:** Apresentação de palestra(s) por profissional(is) especializado(s) da referida área do conhecimento, em consonância com a Política de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário - Resolução n.º 240/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

**Nome: Implantação de nova plataforma de gestão de recursos humanos<sup>15</sup>**

**Gestor:** Wagner Lucena (Secretaria de Gestão de Pessoas)

**Descrição:** A adoção de uma nova plataforma de gestão de recursos humanos visa a modernização tecnológica e substituição de sistemas legados, viabilizando melhor atender as necessidades da Secretaria de Gestão de Pessoas e demais áreas do TJPE.

**Objetivo: Fortalecer as Políticas Institucionais voltadas à participação feminina<sup>16</sup>**
**Descrição:**

Adotar medidas e estratégias tendentes a assegurar a igualdade de gênero no ambiente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, incentivando diretrizes e mecanismos que incentivem a participação de mulheres nos cargos de chefia e assessoramento, bancas de concurso entre outros, conforme Resolução Nº 255 de 2018 do CNJ, buscando um sistema de justiça mais representativo e justo.

**Indicadores:**

Indicador	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>IPartFemJud - Índice de Participação Feminina no Judiciário</b>	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m	s/m

*s/m – sem meta*

**Iniciativas:**
**Nome: Promoção da Participação Feminina Institucional**

**Gestor:** Presidência

**Descrição:** Propor políticas institucionais internas de valorização da Mulher que estimulem e apoiem a participação feminina nas promoções por merecimento, na designação para cargos na alta administração, nas cortes eleitorais, nos cargos/funções de chefia e assessoramento, comitês e grupos de trabalho, dentre outros.

**Nome: Bravas Pernambucanas - Homenagem às Mulheres**

**Gestor:** Patrícia Mesquita (Gerência de Promoção do Bem Estar – DDH/SGP)

**Descrição:** O projeto Projeto Bravas Pernambucanas - Homenagem às Mulheres visa estimular o desenvolvimento de talentos, o trabalho criativo e a inovação, além da valorização das magistradas e das servidoras, bem como de suas experiências, conhecimentos, habilidades e atitudes.

<sup>14</sup> Nova iniciativa

<sup>15</sup> Nova iniciativa

<sup>16</sup> Novos objetivo, indicador e iniciativas



**Objetivo: Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira**
**Descrição:**

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias</b>	<b>88,29%</b>	88,0%	87,0%	86,5%	86,0%	85,5%	85,0%
<b>Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias</b>	<b>64,85%</b>	72,0%	75,0%	77,0%	79,0%	81,0%	83,0%
<b>Índice de Execução para Projetos</b>	<b>27,96%</b>	s/m <sup>5</sup>					

s/m<sup>5</sup> – sem meta pois as ações do TJPE não estão estruturadas como projetos.

**Iniciativas:**
**Nome: Aperfeiçoar a Gestão dos Processos Orçamentários<sup>17</sup>**

**Gestor:** Frederico Alberto Leite Schondorfer (ASSEF)

**Descrição:** Definição, redefinição e documentação dos fluxos dos processos inerentes ao orçamento (Fluxos, Sistemas, Pessoas, Autorizações), melhorando a eficiência orçamentária e possibilitando informações mais precisas e instantâneas sobre o andamento do Orçamento e suas Estratégias.

**Nome: Ferramenta de apoio à tomada de decisão**

**Gestor:** Marcel da Silva Lima (Diretoria Geral)<sup>18</sup>

**Descrição:** Instituir no Tribunal ferramenta para tomada de decisão (Sistema de gestão, com possibilidade de criação de centro de custos para análise mais detalhada e maior assertividade na tomada de decisão).

**Nome: Programa de Capacitação para Gestores em Orçamento e Contratos**

**Gestor:** Marcel da Silva Lima (Diretoria Geral).

**Descrição:** Desenvolvimento de Trilhas de capacitação específicas para os colaboradores que trabalham com orçamento, nas diversas áreas do TJ; Trilha de capacitação para os Gestores de contratos.

**Nome: Implementação do Sistema de Gestão da Arrecadação e Cobrança - Sigac<sup>19</sup>**

**Gestor:** Isaac Newton (DIGEAR - SEFIC)

**Descrição:** Definição, redefinição e documentação dos fluxos dos processos inerentes ao orçamento (Fluxos, Sistemas, Pessoas, Autorizações).

**Nome: Modelo de Apuração de Custos<sup>20</sup>**

**Gestor:** Carleide Bezerra (DICON - SEFIC)

**Descrição:** Apurar os custos diretos por Juizado Especiais, Unidades administrativas vinculadas à Diretoria Geral e Presidência, unidades da atividade fim, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 34 - Custos no Setor Público de 18 de novembro de 2021.



<sup>17</sup> Iniciativa atualizada

<sup>18</sup> Novo gestor

<sup>19</sup> Nova iniciativa

<sup>20</sup> Nova iniciativa

**Objetivo: Fortalecer a estratégia nacional de TIC e a proteção de dados**
**Descrição:**

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

**Indicadores:**

Indicadores	Linha de base	Metas					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
<b>IGovTIC-JUD</b>	<b>88%</b>	80%	85%	90,0%	90,0%	90,0%	90,0%
<b>Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acerto Total</b>	<b>66,47%</b>	70%	80%	90,0%	100,0%	100,0%	100,0%

**Iniciativas:**
**Nome: Gestão de Portfolio de Projetos**

**Gestor:** Rhyan Roberto Ranzan de Britto (Asses. de Governança de TIC)<sup>21</sup>

**Descrição:** Através dos Comitês, estar desenvolvendo a governança de tecnologia da informação por meio da coordenação e aplicação de diretrizes estratégicas para a liderança, estrutura organizacional e processos de TI que garantam os objetivos institucionais deste Poder Judiciário, trabalhar na definição de fluxos, na gestão e priorização de demandas e Inclusão de unidade de negócio.

**Nome: Adequação da carreira do profissional de TI no TJPE<sup>22</sup>**

**Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)

**Descrição:** Promover a valorização do pessoal de TIC, visando à retenção e ao reconhecimento destes servidores do quadro de pessoal do TJPE.

**Nome: Atualização e automatização do Pje**

**Gestor:** Iona Leite Mota (Coordenadoria do PJe)

**Descrição:** Aprimorar os fluxos do PJe, em sua completude, resultando na padronização e automatização das rotinas, integração aos sistemas de órgãos externos, proporcionando rapidez aos atos processuais, beneficiando os operadores do Direito, além de garantir economia.

**Nome: Plano de Transformação Digital (PTD – TJPE)**

**Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)<sup>23</sup>

**Descrição:** Tem como objetivo promover a transformação digital, do Poder Judiciário, através de iniciativas que por meio da Tecnologia da Informação transformem de forma direta processos, procedimentos e análises, apresentando ganhos de produtividade e economia, fazendo com que o órgão ofereça melhores serviços à sociedade. O Plano é previsto pela Resolução nº 370, de 08 de janeiro de 2021 que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

**Nome: Aprimorar a segurança da informação e a Gestão de Dados**

**Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação).

**Descrição:** Efetivar o protocolo de prevenção de incidentes cibernéticos do Poder Judiciário, instituído na Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (ENSEC-PJ) através da Resolução CNJ nº 396/2021. Contempla a melhoria da infraestrutura de segurança relacionando-se à proteção de aplicações, aumento da disponibilidade, monitoramento e plano de continuidade de TIC.

**Nome: Suporte tecnológico à implantação da LGPD**

**Gestor:** Marcelo Ferreira Lima (Núcleo de Segurança da Informação)

**Descrição:** Viabilizar a implantação da LGPD no Tribunal referente aos meios tecnológicos, adaptação de aplicações e infraestrutura necessária para seu funcionamento.



<sup>21</sup> Novo gestor

<sup>22</sup> Descrição da iniciativa atualizada

<sup>23</sup> Novo gestor

**Nome: Adoção de Arquitetura e Plataforma de Serviços em Nuvem****Gestor:** Raphael José D'Castro (SETIC)**Descrição:** Promover a utilização de serviços em nuvem que simplifiquem a estrutura física, proporcionem ambiente colaborativo, viabilizem a integração, promovendo a escalabilidade, elasticidade, melhor gerenciamento dos recursos computacionais para atender a dinâmica de demandas na utilização dos sistemas, aumentando os níveis de segurança da informação e proteção de dados.**Nome: Modernização dos serviços de TIC****Gestor:** Juliana Neiva de Gouvêa Ribeiro (SETIC)**Descrição:** Investir na transição dos sistemas legados para plataformas mais atualizadas, com arquiteturas mais modernas, que viabilizem otimização de tempo, equipe de suporte, continuidade dos serviços, desempenho, aderência às melhores práticas de acessibilidade e experiência do usuário. Assim como em melhorias dos recursos de infraestrutura tecnológica que suportem esses serviços.**Nome: Implantação de Governança de Dados e Data****Analytics<sup>24</sup>****Gestor:** Maria Eugênia (Assessoria Técnica em Ciência de Dados)**Descrição:** A adoção de uma nova plataforma de D&A visa a modernização tecnológica e substituição de sistemas legados, além do aumento da eficiência operacional e redução de custos operacionais.

---

<sup>24</sup> Nova iniciativa